



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**Estado do Rio de Janeiro**

***GABINETE VEREADOR RICARDO FIGUEIRA***

**Exmo. Sr Presidente**  
**Vereador MÁRCIO DAMAZIO**

**Requeiro na forma regimental, depois de observadas as formalidades legais, seja submetido ao Douto Plenário desta Egrégia Casa Legislativa, a seguinte proposição substitutiva:**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA : 503/2013**

**DETERMINA: O Registro do Não Atendimento nos procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS no Âmbito do Território do Município de Nova Friburgo.**

Considerando, a busca do aperfeiçoamento no atendimento dos serviços de saúde no Município de Nova Friburgo-RJ, buscando ter instrumentos de políticas públicas de estatísticas e de fiscalização da demanda reprimida pelo não atendimento ao cidadão que busca o atendimento, respeita a fila de espera e no momento de ser atendido não existe atendimento suficiente, tanto para consultas médicas, quanto para os demais atendimentos de exames laboratoriais, de imagens, retirada de medicamentos, procedimentos cirúrgicos e outros, buscando dignificar a pessoa humana nos atendimentos públicos e ter elementos suficientes para se aplicar as legislações federal, estadual, que definem prazos mínimos e máximos para determinados atendimentos e procedimentos de saúde pública e privada, é que se faz necessário o registro do não atendimento nos procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS em nosso Município.

**Artigo 1º** – Em qualquer procedimento previsto no Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do território do Município de Nova Friburgo, o paciente terá o direito de ser registrado no seu formulário de prontuário, de receituário, de requisições de exames, de encaminhamentos, de cirurgias, o registro dos motivos da não entrega de medicamentos e o não atendimento pelo órgão ou profissional responsável requisitados.

**§ 1º** - O paciente terá o direito de preferência e será incluído nas próximas entregas de remédio e nos atendimentos, dentro do prazo mínimo estabelecido por lei ou pelas condições de atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS.

**§ 2º** - No registro do não atendimento além dos motivos e prazos, deverá constar nome completo, função, número de matrícula do profissional responsável requisitado.

**Artigo 2º** – Poderão ser afixadas nos locais que atendem ao público utilizando os procedimentos previstos no Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do território do Município de Nova Friburgo, placas com a informação do direito previsto nesta lei, com a seguinte redação: “É seu direito receber formalizado o registro do não atendimento dos procedimentos previstos no Sistema Único de Saúde – SUS”.

**Artigo 3º** - No descumprimento da presente Lei será aplicado as sanções previstas nas Leis Federal, Estadual e Municipal e multa de 300 (trezentos) UFIR por cada infração constada, que deverá ser recolhida em favor do Fundo Municipal de Saúde.

**Artigo 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Jean Bazet, 22 de maio de 2014.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO GABINETE VEREADOR RICARDO FIGUEIRA**

### **JUSTIFICATIVA**

Em Nova Friburgo, as reclamações ao sistema de saúde não é novo. A falta de políticas públicas no setor pelos governos anteriores, geram graves problemas ao cidadão, que se vê a mercê da burocracia quando necessita de atendimento médico.

Cabe ao legislador, proteger o cidadão. Perdendo desta primícia, nosso gabinete direciona suas ações em defesa daqueles que não conseguem a proteção do estado, daqueles que não conseguem o mais salutar das garantias: o direito à vida!

**“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”. Constituição Federal de 1988, artigo 196.**

### **São direitos do cidadão:**

- Ter acesso ao atendimento ambulatorial em tempo razoável para não prejudicar sua saúde;
- Ter à disposição mecanismos ágeis que facilitem a marcação de consultas ambulatoriais e exames, seja por telefone, meios eletrônicos ou pessoalmente;
- Ser atendido, com atenção e respeito, de forma personalizada e com continuidade, em local e ambiente digno, limpo, seguro e adequado para o atendimento;
- Ter acesso a informações claras e completas sobre os serviços de saúde existentes no seu município. Os dados devem incluir endereços, telefones, horários de funcionamento, mecanismos de marcação de consultas, exames, cirurgias, profissionais, especialidades médicas, equipamentos e ações disponíveis, bem como as limitações de cada serviço.

Garantir a saúde do povo friburguense é o que se espera deste Projeto de Lei. Que o cidadão possa ter a garantia da informação, para que ele possa usufruir de uma vida mais saudável.

Isto posto, peço o apoio aos pares desta Casa de Leis, na aprovação da presente proposição.

Plenário Jean Bazet, 22 de maio de 2014.